

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 354

Período: 24/10/2009 – 30/10/2009

GEDES – Brasil

- 1- Transferência de tecnologia de helicópteros franceses levará 12 anos
- 2- Exército participa de operação contra garimpos indígenas
- 3- Memórias Reveladas incentiva contribuições da sociedade civil
- 4- Historiador afirma que aparelhamento das Forças Armadas é intervenção política no setor militar
- 5- Marinha terá investimentos de 90 bilhões de dólares em 20 anos
- 6- Nelson Jobim é entrevistado em Madri
- 7- Ministro da Justiça volta a comentar sobre a Lei de Anistia
- 8- Avião da FAB desaparece na Amazônia
- 9- Brasil simula plano de emergência nuclear
- 10- Programa nuclear brasileiro gera controvérsias

1- Transferência de tecnologia de helicópteros franceses levará 12 anos

Conforme noticiado pelo periódico *Folha de S. Paulo* de 24/10/09, de acordo com informações da Aeronáutica, o contrato entre Brasil e França referente à compra de 50 helicópteros EC-725 prevê que a transferência de tecnologia necessária para produzir os modelos no Brasil levará 12 anos. O prazo para se concretizar a transferência tecnológica foi criticado, como aponta o engenheiro aeronáutico e professor da Universidade de São Paulo, Fernando Catalano, que também afirma que, no decorrer de 12 anos, com maior incentivo estatal à pesquisa, seria possível desenvolver tais tecnologias sem o auxílio externo. O Brasil ainda estuda a possibilidade de adquirir os caças Rafale da empresa francesa Dassault, e comprou cinco submarinos também da França . (Folha de S. Paulo – Brasil – 24/10/09).

2-Exército participa de operação contra garimpos indígenas

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo* de 24/10/09, índios da reserva Raposa Serra do Sol, localizada no estado de Roraima, afirmaram que foram ameaçados e tiveram máquinas de garimpo destruídas pelo Exército brasileiro e pela polícia federal, durante a operação Escudo Dourado. Segundo o Exército, dez pessoas foram presas e dez garimpos ilegais foram encontrados desde o início da operação, em 12/10/09. O garimpo em reservas indígenas é considerado ilegal e, em nota, o Exército negou abusos e afirmou que cumpria mandado de busca e apreensão, sendo que as únicas máquinas destruídas no local foram aquelas que não puderam ser transportadas. (Folha de S. Paulo – Brasil – 24/10/09).

3- Memórias Reveladas incentiva contribuições da sociedade civil

De acordo com o *Jornal do Brasil*, o Memórias Reveladas, endereço eletrônico criado pelo governo federal que coloca à disposição de todos os brasileiros

arquivos sobre o período do regime militar (1964-1985), incentiva as pessoas detentoras de documentos relativos a tal período a procurarem o Arquivo Nacional para contribuir com o esclarecimento dos acontecimentos. No entanto, de acordo com especialistas, ainda existem problemas como a falta de arquivos dos centros de inteligência militares, que alegam que muitos documentos foram descartados, e a ausência de regulamentação de acesso aos mesmos. Segundo a historiadora Beatriz Kushnir, embora a iniciativa do Memórias Reveladas seja uma forma de democratizar a informação, ela transfere a responsabilidade do poder público para a sociedade civil. “É o governo, e seus membros que fazem as políticas públicas. Não fomos nós que prendemos, torturamos e matamos. Não podemos dar informações de uma coisa pela qual não somos responsáveis”, disse Kushnir. (Jornal do Brasil – Tema do Dia – 26/10/09)

4- Historiador afirma que aparelhamento das Forças Armadas é intervenção política no setor militar

Em coluna de opinião publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, o historiador Sérgio Paulo Muniz Costa afirma que o aparelhamento das Forças Armadas é a maior tentativa de intervenção política no setor militar na história republicana do Brasil. De acordo com Costa, o Ministério da Defesa excedeu as atribuições previstas na lei da sua criação e este tipo de interferência é fruto da tentativa de exibição de uma obediência do setor militar ao civil estimulada por ressentimentos oriundos do regime militar. Para Sérgio Costa, o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) iniciou uma nova fase de confrontação com as Forças Armadas, principalmente com o Exército, podendo esta ser exemplificada por meio da Estratégia de Defesa Nacional (END). A END, segundo o historiador, não está em harmonia com a Política Nacional de Defesa, pois altera “as condições de cumprimento da missão constitucional das Forças Armadas e dão ao poder político condições de intervir partidariamente na estrutura militar, um pesadelo erradicado da vida pública brasileira há mais de 40 anos” e também não leva em consideração ponderações feitas pelas Forças Armadas. De acordo como historiador, ao contrário do que a maioria dos especialistas costuma analisar, durante o regime militar, houve um afastamento da influência partidária nos setores militares, permitindo a profissionalização destes. Costa também afirma que não faz sentido modificar a estrutura do Estado ou definir a defesa nacional a partir de motivações ideológico-partidárias ou de grupos de pressão do governo, uma vez que a história do país aponta que tal tipo de conduta pode trazer instabilidade política para o Brasil. (Folha de S. Paulo – Opinião – 28/10/09).

5- Marinha terá investimentos de 90 bilhões de dólares em 20 anos

Conforme noticiado em nota pelo *Jornal do Brasil*, o coordenador do Programa de Reaparelhamento da Marinha, contra-almirante Antonio Carlos Frade Carneiro, informou que serão investidos 90 bilhões de dólares na compra de navios, submarinos e helicópteros para a Força, em um período de 20 anos. Esse investimento teria como motivo a defesa do pré-sal, conforme explicou Carneiro. (Jornal do Brasil – Cidade – 29/10/09).

6- Nelson Jobim é entrevistado em Madri

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, foi entrevistado pelo jornal espanhol *El País*, em Madri, capital espanhola, e falou sobre a compra de armamentos pelos países da América do Sul e da necessidade de o Brasil ter capacidade de defesa das “infra-estruturas sensíveis”. Durante a entrevista, que foi traduzida e divulgada pelo portal eletrônico de notícias *UOL*, Jobim afirmou que não há uma corrida armamentista na América Latina, como muitas pessoas analisam, mas há, sim, uma “recuperação do tempo perdido”, com o objetivo de defender os recursos que a região possui, como as capacidades energéticas e de energias alternativas: “Pensamos que hoje ter uma boa defesa é ter a capacidade de dizer não quando é necessário dizer não”. Especificamente sobre o Brasil, o ministro afirmou que o país não tem inimigos, mas precisa defender suas infra-estruturas sensíveis e necessidades, bem como a Amazônia, e deixou claro que “o Brasil vai cuidar da Amazônia para o Brasil e para todo o mundo, mas o Brasil vai cuidar dela. Esse é um assunto nosso, e não do mundo”. Com relação ao submarino nuclear, Jobim reafirmou que o submarino brasileiro será de propulsão nuclear, não de ataque, e que é necessário para patrulhar a grande riqueza da plataforma continental brasileira, que possui 4,5 milhões de quilômetros quadrados e fica a 160 milhas do litoral do país. Quando perguntado sobre os riscos de uma nuclearização na região, Jobim negou, sob o argumento de que o Brasil domina a tecnologia do enriquecimento de urânio há tempos, a qual é apenas utilizada para fins pacíficos, já que a Constituição Federal proíbe armas nucleares e ainda negou que haja o risco da Venezuela desenvolver armas nucleares, alegando que “A América do Sul é uma região de paz, que tem seus conflitos políticos, mas não é como a Europa ou o Oriente Médio, onde há uma tradição de guerras”. O ministro da Defesa ainda afirmou que os gastos da Venezuela com armamentos é uma questão a ser tratada pelo presidente Hugo Chávez, o qual tem legitimidade democrática para tomar tais decisões. No entanto, Jobim declarou que não acredita que o presidente venezuelano tenha uma posição agressiva ou de ataque. O jornal *El País* ainda questionou o ministro da Defesa sobre a visita do presidente iraniano Mahmud Ahmadinejad ao Brasil, no mês de novembro de 2009. Sobre esse assunto, Jobim foi enfático ao afirmar que temas de cooperação nuclear com o Irã só poderão ser tratados do ponto de vista da paz, não no sentido militar: “Não há qualquer possibilidade de qualquer tipo de desenvolvimento, pesquisas ou estudos no sentido militar, somente da propulsão. Para armas nucleares, não. Impossível”. Perguntado sobre o envio de militares para o apaziguamento da violência nas favelas do Rio de Janeiro, Jobim respondeu que ainda não é o momento para tal atitude. Sobre a relação dos Estados Unidos com a América do Sul, o ministro disse que ela passa pelo problema do tratamento em relação aos cubanos: “Toda a sua política de embargo a Cuba gerou três coisas: um país muito pobre, um povo muito orgulhoso e a grande desconfiança da América do Sul. A visão que se tem dos Estados Unidos na América do Sul é condicionada por Cuba”. Ao tratar da reativação da Quarta Frota Norte-Americana e das bases daquele país instaladas na Colômbia, Jobim disse que tal atuação não oferece problemas ao Brasil e que se constitui em fator administrativo dos norte-americanos: “É como se o Brasil decidisse incrementar substancialmente sua presença militar na Amazônia; é uma

questão brasileira e eu não teria de perguntar aos EUA”. (Folha de S. Paulo – Brasil – 29/10/09; Folha de S. Paulo Mundo – 29/10/09)

7- Ministro da Justiça volta a comentar sobre a Lei de Anistia

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Justiça, Tarso Genro, voltou a criticar a tese de que a Lei de Anistia beneficiou a torturados e torturadores. Embora não tenha se referido diretamente ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, o qual defende que a anistia ampara os dois lados –torturadores e torturados–, Genro afirmou que tal interpretação trata-se de uma “fraude histórica e jurídica”. (*O Estado de S. Paulo - Nacional - 30/10/09*).

8- Avião da FAB desaparece na Amazônia

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, na manhã do dia 29/10/09 o avião modelo C-98 Caravan da Força Aérea Brasileira (FAB), em operação no país desde 1987, desapareceu durante um voo entre as cidades de Cruzeiro do Sul, no estado do Acre, e Tabatinga, no Amazonas. O avião transportava sete profissionais da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e quatro tripulantes da FAB. O grupo participava da “Operação Gota”, direcionada à vacinação de 3,7 mil índios em 40 aldeias da região do vale do Javari, no Amazonas. De acordo com a FAB, sete de suas aeronaves e uma do Exército participavam das buscas, contudo não havia informações sobre as causas do acidente. Ainda segundo *O Estado*, as missões do Correio Aéreo Nacional da FAB tem sido o último recurso de sobrevivência da população que vive isolada na Amazônia. Esta atuação garante, desde 2004, o salvamento de vidas em municípios com graves carências em saúde pública. Contudo, muitas vezes os médicos e tripulantes dependem da própria sorte para sobreviver nas condições de risco que encontram na região, tais como instabilidade do clima e falta de estrutura das pistas de pouso. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano - 30/10/09; Jornal do Brasil – País - 30/10/09; O Estado de S. Paulo – Metrópole - 30/10/09*).

9- Brasil simula plano de emergência nuclear

Segundo o *Jornal do Brasil*, realizou-se no dia 22/10/09 o “Exercício Geral do Plano de Emergência da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto”, em Angra dos Reis, estado do Rio de Janeiro, que contou com a participação de 1000 pessoas, entre organizadores, população voluntária, peritos e observadores internacionais, sob a coordenação direta do chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix. O ministro afirmou que está “convicto da segurança das usinas e da eficiência das organizações envolvidas na simulação”. O exercício, realizado na Usina Nuclear de Angra 1, consistiu na simulação de liberação de radiação para o meio ambiente, a contaminação de um funcionário e a decretação de situação de emergência, o que permitiu avaliar a eficácia do plano, identificar possíveis pontos vulneráveis e aperfeiçoá-los. Durante o período de 1996 a 2008, realizaram-se outros exercícios similares, possibilitando o aprimoramento da legislação do setor e dos procedimentos de resposta para uma situação de emergência. (*Jornal do Brasil – Energia - 30/10/09*).

10- Programa nuclear brasileiro gera controvérsias

Com relação ao programa nuclear brasileiro, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma declaração do presidente do Fundo Ploughshares, consultor informal do governo Barack Obama e assessor do Congresso estadunidense na área de desarmamento atômico, Joseph Cirincione, o qual afirmou ver riscos do Brasil desenvolver a bomba atômica a partir de seu programa de enriquecimento de urânio e da construção de um submarino de propulsão nuclear, pois há disponibilidade de muito combustível para reatores. Cirincione, também criticou o fato de o Brasil não ter aderido aos Protocolos Adicionais do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), que permitiriam inspeções mais detalhadas em suas instalações nucleares. Em contraposição, o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Odair Dias Gonçalves, declarou ver interesse econômico por trás da posição de Cirincione e descartou qualquer hipótese de construção de armas nucleares pelo Brasil, uma vez que o país se submete às inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), da Cnen e da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, além da proibição constitucional. Em relação à assinatura dos Protocolos Adicionais, Gonçalves afirmou que o Brasil está esperando que potências nucleares reconhecidas avancem na eliminação gradativa de seus arsenais. Enquanto isso, um representante da chancelaria argentina afirmou que seu país não teme as pretensões atômicas brasileiras, pois tal ato colocaria em risco a confiança adquirida, referindo-se ao acordo celebrado em 1980 pelos dois Estados, que abriram mão de desenvolver tecnologia nuclear para fins bélicos. O presidente do Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo, Rolf Ekéus afirmou em entrevista à *Folha* que “(...) o Brasil não é estúpido a esse ponto [de chegar à bomba]”. Concomitantemente às declarações, o governo dos Estados Unidos enviou sua representante para desarmamento e não-proliferação ao Brasil a fim de discutir a posição brasileira com relação a este tema. Segundo a *Folha*, a embaixadora norte-americana Susan Burk foi recebida no Ministério das Relações Exteriores pelo ministro Santiago Mourão e pela subsecretária de Assuntos Políticos, Vera Machado. Alguns dos pontos defendidos por Burk, principalmente aqueles que se referem à revisão do TNP que acontecerá nos próximos meses, são vistos pelo governo brasileiro como ingerência na soberania nacional. Entre as principais divergências estão a criação de um banco mundial de combustível nuclear, dirigido pela AIEA, a qual controlaria a produção de urânio e outros materiais a fim de que estes não caiam em mãos de terroristas e países belicosos; e adesão aos Protocolos Adicionais do TNP. A primeira medida não seria vantajosa ao Brasil –país que detém a sexta maior reserva de urânio do mundo–, pois prejudicaria seus planos de enriquecimento em escala industrial e seria um tipo de controle sobre um recurso natural sob soberania brasileira. Sobre os Protocolos Adicionais do TNP, a posição brasileira é aderir somente se as potências nucleares diminuírem seus arsenais progressivamente. Burk afirmou que prevê muita tensão nas próximas negociações, mas negou que a visita ao Brasil tenha relação com a visita do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad (prevista para o mês de novembro). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já afirmou que compartilha com o Irã a mesma visão independente sobre o uso da energia nuclear. Por outro lado, Estados Unidos defendem uma

agenda que inclui a desnuclearização do Oriente Médio. (Folha de S. Paulo – Mundo – 29/10/09; Folha de S. Paulo – Mundo - 30/10/09).

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br.

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Mariana Nascimento (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Pedro Henrique Martins (Redator, graduando em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).